

JUVENTUDE: TEXTOS, CONTEXTOS E CONCEITOS
DROGAS E NARRATIVAS A PARTIR DO ROMANCE
INFERNO DE PATRÍCIA MELO

ANDRÉ DEMARCHI

UFES

(Bolsista de iniciação científica do CNPq)

1 CONTEXTOS E CONCEITO DE JUVENTUDE

1.1 CONTEXTOS

Somos uma empresa de porte médio. Somos agressivos. Acreditamos no seu potencial, ela dizia. Não devia acreditar, dizia Reizinho para Fake, quando se encontravam. Vai se dar mal, a mulher. Não quero ser secretário, nem diretor dos boys. Não faziam sentido algum as perspectivas de carreira apresentadas por Graça.¹

Neste trecho, retirado do romance *Inferno*, de Patrícia Mello, verificamos que Reizinho é um menino pobre morador de uma favela. Sua mãe Alzira tenta, a todo custo, tirar o filho da impossibilidade do trabalho legal. Para isso, consegue um emprego de *office-boy* para o menino na empresa de turismo de seu patrão. Mas, como vimos no trecho acima, Reizinho não se identifica com o trabalho e, por conseguinte, não estabelece uma relação de continuidade, ou seja, Reizinho, como ele mesmo afirma, não vê perspectiva na “profissão” que exerce.

O que acontece atualmente nos mundos do trabalho — atingindo, principalmente, classes baixas e médias — é justamente a perda da continuidade, a perda de um sentido de sociabilidade a partir do trabalho que caracterizava o indivíduo, nas sociedades tipicamente industriais². O menino, ao recusar esta forma de sociabilidade no trabalho destinada aos pobres, recusa também as descontinuidades que o(s) mundo(s) do trabalho trazem. Apesar do discurso de ascensão dentro da empresa que a secretária expõe na forma de “sermões”, Reizinho não se sente seguro e muito menos recompensado. Frases feitas, como “ser alguém na vida”, “realizar-se”, “bem-sucedido”, não encantam o garoto, devido à tamanha falta de perspectiva e à descontinuidade de toda ordem

causadas principalmente pelo baixo salário que recebia: “Reizinho ganhava salário mínimo. Aquela merreca. Trabalhara oito horas por dia para receber aquele cocô mensal, como dizia para Fake. Quando era olheiro trabalhava menos e recebia mais. Se fosse avião receberia mais ainda. Se fosse soldado de boca, mais e mais.”³.

Percebendo que trabalhar no tráfico seria mais lucrativo que ser *office-boy*, Reizinho procura, ansiosamente, ingressar nesta outra forma de sociabilidade do trabalho. Contudo, não nos iludamos, o mercado de trabalho do tráfico é tão (senão mais) intenso, descontínuo, competitivo e violento quanto o mercado de trabalho legal. O que diferencia os dois é a maior rentabilidade que o primeiro oferece aos seus trabalhadores. No tráfico, trabalha-se menos e ganha-se mais. E era isto que interessava Reizinho. Com o salário que recebia no tráfico, o garoto poderia comprar o seu tão sonhado tênis “Nike”, além de roupas de “marca”, ou poderia ir ao shopping e se deliciar comendo um sanduíche no McDonald’s e, ainda, ajudar a mãe que sofria penosamente as conseqüências da insegurança de toda uma vida de trabalho, a qual Reizinho refutara ao entrar para o trabalho ilegal. É claro que no tráfico há maior risco de vida, porém muitas vezes torna-se a opção mais atraente — e este fato, por si só, aprofunda a problematização da questão — para aqueles que são excluídos da cidadania contemporânea, baseada diretamente no consumo e conquistada no espaço privado do mercado. Como nos mostra Bauman: “Os que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos dessa forma são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que podem fazê-lo. O consumo abundante é-lhes dito e mostrado, é a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso público e à fama.”⁴

Uma das várias transformações ocorridas no sistema capitalista, a partir da hegemonia do discurso e da prática neoliberais, diz respeito, àqueles que, como Reizinho, não podem atender às “necessidades” impostas por este discurso e esta prática. Estes são seduzidos pelos dizeres “mágicos” do mercado, mas não podem se satisfazer por não terem meios para isso. A quantidade de *consumidores falhos*, aqueles cujos meios não estão à altura dos desejos, aumenta cada vez mais devido ao grande índice de desemprego causado tanto pela desregulamentação estatal, exigência número um do discurso neoliberal, quanto pelo avanço tecnológico, uma das molas propulsoras do capitalismo e, ainda, pelos processos de re-engenharia e flexibilização empresarial, que diminuem o número dos funcionários e aumentam as tarefas dos que ficam na empresa.

Esta grande massa, os despossuídos do poder do consumo, passa a ser o inimigo número um do *Estado desregulamentado*. Se há tempos atrás os inimigos eram aqueles que iam contra a ordem política vigente, como no caso dos vários militantes políticos que foram mortos durante o regime ditatorial brasileiro, agora são, sobretudo, aqueles que não cumprem a “ordem máxima”, porém

sedutora do mercado: Consumir, consumir e consumir. Esta “ordem” é vista explicitamente tanto nos meios de comunicação que a divulgam pelo mundo a fora, quanto no discurso neoliberal que traz embutido, em seu “plano de ataque”, a desregulamentação do Estado.

“Desregulamentar” significa diminuir, logo desregulamentação estatal quer dizer a diminuição do poder do Estado, ou, para utilizar o próprio dizer do discurso do neoliberalismo, muitas vezes impregnado nos pronunciamentos dos economistas, “Estado mínimo”. “Mínimo” por que: a) Não mais tem controle direto sobre o mercado financeiro; b) Não mais regulamenta, explicitamente e unicamente, as relações empregatícias entre os empresários e os trabalhadores⁵; c) Privatiza as empresas estatais, o que provoca altíssimos índices de desemprego; d) Perde poder para o mercado financeiro, já que este atua de uma forma extraterritorial, enquanto o Estado se restringe ao território local.

O que ocorre nas sociedades ditas *contemporâneas* é que a lógica imediatista do mercado está tomando o lugar de educador e legislador do Estado, nestes tempos de *globalização*. Os mercados financeiros, por serem supranacionais, levam uma grande vantagem sobre as instituições políticas estatais que, por sua vez, continuam sendo locais. Assim, as tomadas de decisões políticas nacionais (locais) são influenciadas pelas pressões econômicas de mercado (globais), quando não são impedidas por ela.

Estas transformações na esfera do poder político do capitalismo, que atualmente está muito mais nas mãos das empresas transnacionais do que sob o punho do Estado, causa um sentimento novo nunca sentido antes, que, nas palavras de Bauman, recebe o nome de *Unsicherheit*: (in)segurança, (in)certeza e (não)garantia⁶. Este sentimento generalizado, uma mistura de ansiedade, imediatismo e individualismo, diz respeito a uma época em que as principais decisões “são tomadas num espaço distante da *ágora* ou mesmo fora do espaço público politicamente institucionalizado”⁷.

Para Freud, a civilização se constrói sobre uma renúncia ao instinto⁸. Ordem, limpeza e beleza eram palavras-chave que deveriam ter presença garantida no vocabulário dos cidadãos modernos. Mas, pagava-se o preço de uma menor liberdade individual como garantia da manutenção das normas e da contenção dos instintos. Em troca de um pouco de liberdade, o homem tinha como garantia, ainda segundo Freud, o *Sicherheit*, que quer dizer: “segurança”, “certeza” e “estabilidade”. Contudo, vivemos a “desregulamentação do Estado”, o qual era (ou é?) o responsável pelo estabelecimento e manutenção destes três itens. Como vimos acima, o Estado não mais controla diretamente o mercado que, dentre outras coisas, oferece uma suposta “liberdade individual” às pessoas e, em troca, “rouba” as garantias antes conseguidas. Portanto, os homens e mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade. Os mal-estares da

modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais.⁹

A satisfação dos prazeres individuais é conquistada, atualmente, nas prateleiras do mercado. Os que podem comprar esta “suposta liberdade” também vivem o mal-estar contemporâneo; estes, no dizer de Beatriz Sarlo, são como “colecionadores às avessas”¹⁰. A diferença entre o colecionador tradicional e o “colecionador às avessas” é que, para o primeiro, o objeto adquirido dá continuidade a sua coleção por ter além de seu valor de uso, um valor subjetivo e até sentimental. Já o “colecionador às avessas”, diferentemente do tradicional, coleciona não o objeto, mas sim o ato prazeroso de aquisição deste. Para ele, o objeto perde seu valor assim que é retirado das prateleiras, pois em pouco tempo este será substituído por um mais novo, mais bonito, ou, simplesmente, porque a “moda” mudou.

Assim, não há continuidade entre o objeto e seu consumidor, portanto não há identidade e, sequer, alguma relação subjetiva. O mercado juntamente com seu “código civil”, a “moda”, impõe uma rotatividade de mercadorias porque necessita de consumidores permanentes que sigam este código.

Ora, numa época em que “nem as ideologias, nem as religiões, nem a política, nem os velhos laços comunitários, nem as relações modernas de sociedade”¹¹, dão algum sentido ou continuidade para a vida de uma boa parte da população, o mercado exerce esta função oferecendo o seu “universal” e “livre” espaço para substituir “os deuses desaparecidos”. Entretanto, o mercado oferece uma identificação transitória ao consumidor. Seus ícones, símbolos e mercadorias mudam constantemente ao ponto destes “escaparem” de seus consumidores, restando apenas, para a satisfação dos “colecionadores às avessas”, o simples, mas prazeroso e desejado ato de aquisição dos objetos. Deste modo, “a subjetividade se transforma em produto de consumo e se expressa através de modelos de mercado”¹² ou, dito de outra forma, “cada ser humano é o ponto de cruzamento de desejos, que se modificam temporariamente”.

1.2 CONCEITOS

O objeto parece escapar a qualquer abordagem desde o momento em que se tenta dar-lhe uma definição.

— *Georges Balandier*

A dificuldade de conceituar *juventude* torna-se maior nas sociedades complexas, na medida em que estas sociedades “organizadas em grande escala, abertas à

urbanização rápida e à constante mudança, estão em crise de continuidade”¹⁴. O que se percebe, então, ao analisar a *juventude* em relação com os “mundos contemporâneos” é que, algumas formas de se definir o que é ser *jovem* podem ser problemáticas se utilizadas estanques e monoliticamente e, ainda, fora do contexto histórico, pois sabe-se que as “idades do homem” são construídas socialmente de acordo com a época em que estes estão inseridos¹⁵. Assim, pode-se definir *juventude* de várias formas em determinadas épocas distintas. Porém, deve-se atentar para alguns percalços que podem aparecer.

Uma forma de definição seria classificar como *jovem* os indivíduos dentro da faixa etária de 17 a 25 anos. Entretanto, apenas isto não basta, porque deixaríamos de levar em consideração que “as divisões por idade fixam-se confusamente”¹⁶ em nossa época, na medida em que houve, como mostra Beatriz Sarlo, um processo de “desestabilização dos princípios hierárquicos”¹⁷, provocado pelo grande avanço da tecnologia e da ciência no campo da medicina e da estética corporal, pela formação de um grande mercado consumidor integrado por *jovens* e, finalmente, pela expansão deste mercado aos demais setores da população.

Esta desestruturação reflete-se nas academias de ginástica, cada vez mais freqüentadas por “adultos” querendo rejuvenescer e, ainda, nas propagandas de televisão e “outdoors” espalhados pelas metrópoles, onde são mostrados de forma sedutora os valores, símbolos e ícones da *juventude*.

Outra possibilidade de conceituação seria uma definição de acordo com a inserção em período de “formação educacional”, contudo se utilizássemos apenas esta categoria, cairíamos em outra armadilha, pois sabe-se que aumentam as necessidades de aprendizagem de conhecimentos em sociedades que se tornam mais competitivas. Como vimos acima nos “contextos”, as “sociedades contemporâneas” sofrem os males do desemprego em massa. Isto força o prolongamento da duração do aprendizado e da educação, uma vez que a todo momento é preciso se reciclar de acordo com as exigências do mercado. Então, muitas vezes *jovens* e “adultos” ocupam o mesmo espaço da sala de aula, disputam a mesma vaga em concursos públicos e, por conseguinte, competem pelo mesmo emprego.

Além disso, esta categoria torna-se incongruente com a realidade social brasileira. Sabemos que no Brasil são poucos aqueles que podem ter um longo e contínuo período de formação educacional, e isto se verifica, principalmente, entre os mais *jovens*. Poderíamos, neste sentido, nos perguntar o seguinte: aquele menino que trabalha desde os oito anos de idade, é *jovem*? Se levarmos em consideração apenas o tempo de aprendizagem educacional, iríamos responder certamente que não.

Podemos ver um exemplo desta questão no “*Inferno*” de Patrícia Melo, em que o personagem principal, Reizinho é, como muitos no Brasil, um menino

de onze anos que mora em uma favela e age socialmente como um *jovem* entrando no mercado de trabalho, porque disputa uma vaga como “olheiro” no tráfico. Ou seja, sofre, precocemente, a competitividade da luta para a entrada na esfera dos “homens dignos”; tão intensa luta, excludente e violenta quanto num mercado não clandestino. Percebemos, então, uma infância perdida.

O que vai determinar o período de formação educacional, salvo algumas exceções, é a posição que o indivíduo ocupa na estrutura social. Chegamos a uma conclusão não muito agradável ao percebermos que, no Brasil, ser *jovem* é um privilégio. Dito de outro modo, se considerarmos que são poucos os *jovens* brasileiros que têm uma formação educacional contínua e duradoura¹⁸ e que a maioria destes estão inseridos em camadas médias e altas da população, pode-se afirmar que poucos *jovens* são socialmente *jovens*. Assim, “a juventude é uma condição variável no interior de uma dada sociedade e que pode estar restrita a determinados grupos desta”¹⁹.

As dificuldades não param por aí. *Juventude* também pode ser definida como: “um *elo* necessário do presente com o passado porque transita de um tempo para outro e porque assimila um conteúdo atribuído pelo tempo e lugar que na história pode ou não permanecer como transformador.”²⁰

A juventude como *elo* pressupõe uma distinção clara entre as gerações passadas e as gerações presentes. Neste sentido, esta conceituação faz-se problemática, na medida em que, como mostramos, atualmente, as “idades da vida” se misturam e não estão tão bem demarcadas como em tempos atrás: “Tudo se embaralha. As divisões por idade fixam-se confusamente. Os jovens antecipam o momento de sua maturidade ou “maioridade”, os mais velhos tentam prolongar sua juventude.”²¹

Outro problema desta conceituação é que, para “transitar” de uma época para outra, seria necessário um processo contínuo de transmissão de experiência que se verifica de forma fragmentada nas relações entre as gerações atualmente. O que se percebe é que este componente característico da *juventude* no decorrer da história está se desgastando em nossas sociedades. Aprender códigos, através da transmissão de experiência advinda dos “adultos”, só é possível se houver continuidade entre quem transmite e quem recebe. Isto não ocorre na assim chamada era do “fim do longo prazo”, como afirma Richard Sennet, em “*A corrosão do caráter*”²². Não haver mais “longo prazo” desorienta a ação em período contínuo, afrouxa os laços de confiança e compromisso divorciando a vontade do comportamento.

Podemos, então, como Walter Benjamin, nos perguntar o seguinte: “Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado hoje com um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência?”²³

A resposta, segundo ele próprio, seria praticamente nula. Sabemos “que as ações de experiência estão em baixa”, nas sociedades complexas contemporâneas, em que a tecnologia e os meios de comunicação de massa ocuparam o lugar da família como transmissora de códigos. Neste sentido, se a transmissão de experiência está se esvaindo, o *elo* entre gerações velhas e gerações presentes se fragmenta.

Vejamos como exemplo este trecho retirado de uma reportagem da revista *Veja*, em edição especial sobre *juventude*: “Balé, inglês, esgrima, alemão, musculação, e squash, além das aulas normais. Todas essas atividades fazem parte da agenda da paranaense Krissie Kamile Singer Wallbach. Ela não é exceção. É regra.”²⁴

Como podemos perceber a família, praticamente, não faz parte do cotidiano desta *jovem* de classe-média alta. Sendo isto regra, pode-se constatar que a família tem deixado de lado uma de suas funções primordiais, no que diz respeito, aos *jovens*: a transmissão de experiência. Esta *jovem* tem mais contato com os profissionais que se encarregam de educá-la do que com os pais, ou seja, a troca de experiência, quando esta ocorre, não se dá dentro de casa, mas sim fora dela.

Alguns componentes sociais roubaram o tempo de aprendizado que os pais dedicavam a seus filhos. A escola, os meios de comunicação e, mais recentemente, a internet são novos meios de se transmitir os códigos necessários à *juventude*. Isto torna as relações familiares frias, pois não há confiança entre pais e filhos. Assuntos fundamentais na formação do *jovem*, como sexo e drogas, dificilmente são discutidos dentro de casa.

Desta forma, é arriscado conceituar *juventude* como um *elo* entre o passado e o presente, uma vez que parece haver um corte entre a transmissão e a recepção da experiência.

Outra questão pertinente, e que deve ser colocada ao se discutir em os diversos possíveis conceitos de *juventude*, diz respeito ao que alguns teóricos, principalmente, aqueles influenciados pelos acontecimentos de maio de 1968, chamam de “essência revolucionária juvenil”. O que se percebe nestas conceituações é a tentativa de “cristalização da idéia de que há uma essência da condição juvenil (...), portadora de utopias e de projetos de transformação”²⁵. Como já vimos no decorrer deste trabalho, devemos sempre, ao analisar os fenômenos sociais, contextualizá-los de acordo com as condições históricas em que estão inseridos, senão podemos cair em interpretações equivocadas da realidade social.

Assim, uma possível definição universalista de *juventude* como “essência renovadora da ordem social” torna-se distorcida, na medida em que abandona a idéia de que em cada sociedade existe uma tentativa diversa de dialogar com os *jovens*, e que é através deste enfrentamento singular que os *jovens* se revoltarão ou não contra o *status quo*.

Depois de termos discutido estas possibilidades de conceituação e os problemas daí decorridos, podemos dizer que um conceito único de *juventude*, enquanto tal, não é suficiente para abarcar toda a complexidade desta *categoria* e, ainda, “não podemos perder de vista que uma ‘totalidade’, por mais abrangente que seja, é sempre inacabada”²⁶.

Neste sentido, utilizando conjuntamente as categorias “faixa etária”, “período de formação educacional” e “transmissão de experiência”, percebemos que no Brasil, ser *jovem*, de acordo com tais delimitações conceituais e definições, é uma característica reservada a uma pequena parcela da população, ou seja, é um *privilegio*, na medida em que poucos, dentro da faixa etária de 17 a 25 anos, têm uma formação educacional contínua e, por conseguinte, uma transmissão de experiência segura e duradoura.

Deste modo, ao invés de utilizar separadamente cada categoria analisada acima para conceituar a *juventude*, deve-se optar por uma abordagem múltipla, dinâmica, multifacetada, plural e, conseqüentemente, polifônica, em que as diferentes “vozes” contribuam para a formação deste *conceito complexo*.

2 DROGAS: USOS E (DES)USOS

Da mesma forma que o conceito de *juventude*, o de *droga*, também, traz alguns problemas de conceituação, porque não tem um significado único e totalizante. Ao conceituar *droga*, devemos levar em consideração o contexto e, a partir daí, perceber o significado dado a ela na sociedade estudada. Apesar de as *drogas* serem consumidas há milênios pela humanidade, é necessário não esquecer o caráter singular que cada sociedade determina a ela em épocas distintas. Mesmo dentro de uma certa sociedade, os seus usos variam de acordo com as transformações sociais.

Deste modo, percebe-se que as formas de uso da *droga* (no nosso estudo, especificamente a maconha) dão-se de diversas maneiras em diferentes sociedades passando por fins religiosos, sociais, medicinais, entre outros. Não é, portanto, o significante maconha (ou *droga*) que está em pauta, mas sim as diferentes idéias, representações e significados que estariam associadas a ela em diversas sociedades e em distintos grupos dentro destas sociedades.

O consumo de maconha para os índios tenetehara, do interior do Maranhão²⁷, por exemplo, tem significado completamente diferente do que o uso desta substância por jovens de camadas médias brasileiras atualmente a qual, por extensão, também é diverso do consumo de maconha na década de sessenta. Isto deve situar-nos dentro da especificidade de cada cultura e de cada contexto em relação ao uso da maconha.

No desenrolar deste trabalho, nossas atenções não estavam voltadas diretamente para os efeitos fisiológicos da maconha, sobretudo para o significado e o sentido do que representam os seus usos nas sociedades contemporâneas, bem como para as problemáticas os cercam. Em outros termos, “o que nos interessa, fundamentalmente, (...) não é propriamente o que a maconha faz em termos químicos, mas como a maconha é percebida por grupos sociais específicos”²⁸.

Desta forma, um estudo sobre o consumo de uma determinada *droga* em uma determinada sociedade passa, necessariamente, pelo estudo das questões fundamentais que estão em voga na sociedade analisada. Estas questões, não raro, vão determinar os usos/significados/sentidos que os *jovens* fazem/criam da/com a maconha.

A relação entre a *classe média juvenil* e *maconha* começa a aparecer, no Brasil²⁹, no início dos anos sessenta, influenciada diretamente pelo estilo “paz e amor” dos *hippies*. A *contracultura* teve um papel importante na caracterização do consumo de maconha naquela ocasião. O ato de *fumar maconha* passou, a partir deste momento histórico, a ser encarado como um “ato político” e até “revolucionário”. A maconha e as assim chamadas *drogas*, em geral, eram vistas como substâncias capazes de expandir a percepção da mente humana e estavam intimamente ligadas ao projeto de transformação proposto pelo movimento *contracultural*.

Contudo, na medida em que este projeto foi perdendo força e, por conseguinte, foi sendo absorvido pelas formas capitalistas, os modos de olhar, significar e usar a *maconha* mudaram. As transformações que ocorreram nas sociedades contemporâneas desencadearam uma re-significação do consumo da *maconha*. As novas configurações de organização social e econômica do capitalismo, marcadas pela fragmentação e pela flexibilização dos mercados, bem como pela criação de *nichos* de consumidores, provocaram sérias conseqüências na maneira como os *jovens* passaram a agrupar-se e, conseqüentemente, refletiram e interferiram no significado dado por estes *jovens* à maconha.. Esta nova organização deu-se em pequenos espaços vinculados diretamente ao consumo, à música e ao lazer, em que a contestação política deixou de ser a principal característica, quando não foi extinta.

Neste contexto, o consumo de *maconha* perde o seu caráter “político” e “revolucionário”, tornando-se mais um bem simbólico consumido por estes grupos juvenis³⁰.

Estas transformações no capitalismo trouxeram alguns outros problemas. Um destes, a desconfiança, afeta não só a *juventude* mas as pessoas em geral, e foi muito bem percebido pelo poeta e cantor Renato Russo. As célebres perguntas da música “Soldados”³¹ (“Quem é o inimigo? Quem é você?”) cantadas com a voz melancólica do cantor, denunciam uma sociedade em que a maioria das

peças não mais se relacionam umas com as outras estabelecendo continuidade. Em muitas das situações de interação interpessoal, o que no máximo pode vir a dar-se é uma troca de sensações *espasmódicas*, o que define para alguns teóricos o assim chamado “homem pós-moderno”. Segundo Bauman, as pessoas usam-se umas as outras e, depois da descarga de energia e prazer físico, se separam ³².

Estas relações descontínuas geram, nos *jovens*, uma sensação de mal-estar e de depressão que, muitas vezes, favorecem outros sentidos e significados de consumo de maconha. As narrativas de alguns *jovens* informantes constataam esta hipótese:

Acho que quando cê está desse jeito, sacô?! deprimido, estressado, você fica pensando cada vez mais nisso, então cê fica mais deprimido e mais estressado. (...) A maconha ajuda cê a pensar, dá uma amenizada. Aí cê pára e pensa: vamo pensar nesse negócio direito, o que tá acontecendo, o que eu posso fazer, sacô?! Acho que cê pensa e cê muda a sua linha de raciocínio em relação às coisas. (I., jovem de classe-média, estudante.)

Fumar maconha pra distrair das coisas ruins que acontecem né?! por depressões, angústias, ansiedades, né?! Então, assim, eu gosto de fumar pra dar uma relaxada, um descanso, é uma pausa, não que eu vá esquecer tudo, não que eu vá deixar de vivenciar isso e encarar, né?! Mas é um momento de pausa assim, né?! Pára aí, deixa eu dar um momento aqui, senão minha cabeça explode. Então, tem estas coisas assim, de eu fumar num estado meio depressivo. (C. jovem de classe média, estudante.)

No romance “*Inferno*”, o personagem “Reizinho” também ameniza suas dores, provocadas pela exclusão social e o abandono, consumindo *drogas*:

com as drogas parte disso acabava, Reizinho passou a experimentar uma nova sensação, quentura no peito, tudo se encaixava dentro dele, crack, com harmonia, “chave na fechadura”, era aquilo mesmo que já haviam dito, chave certa, fechadura certa, porta aberta.³³

Assim, tanto no discurso literário como nas narrativas colhidas empiricamente dos *jovens*, um dos significados possíveis para o uso da *droga* é a utilização desta como *tratamento social*, por uma *juventude* que sofre as várias “faltas” que os mundos contemporâneos oferecem: incerteza, falta de garantia, insegurança e, por isso, falta de perspectiva. Neste sentido, Freud em seu “*Mal-estar na civilização*”, argumenta que

Devemos a tais veículos [intoxicantes] não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse ‘amortecedor de preocupações’, é possível em qualquer ocasião afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade ³⁴.

No entanto, não nos iludamos, o próprio Freud, em outra passagem deste mesmo texto, escreve que

é exatamente essa propriedade dos intoxicantes que determina o seu perigo e a sua capacidade de causar danos. São responsáveis em certas circunstâncias, pelo desperdício de uma grande quota de energia que poderia ser empregada para o aperfeiçoamento do destino humano³⁵.

O uso da *droga*, como meio de “amenizar a dor”, está intimamente ligado à forma como as sociedades contemporâneas encaram este fenômeno. Podemos dizer que vivemos em sociedades que acreditaram e acreditam na *droga* como uma forma de resolução dos problemas sociais e individuais. “Neste sentido, citamos o exemplo canadense, onde, em 1968, o consumo de 3 bilhões de comprimidos de aspirina e de 56 milhões de doses de anferaminas (...), ilustra bem este aspecto”. A nossa “civilização médica compromete-se a reduzir o sofrimento, aumentando a dependência”³⁶.

No entanto, estas mesmas sociedades, proíbem o uso de algumas substâncias. Utilizando o discurso efetivo, positivo e punitivo “de que estas fazem mal à saúde de quem as consome e provocam distúrbios mentais nos indivíduos”, criminalizam substâncias que fazem menos mal a longo prazo (maconha) do que algumas que são legalizadas (álcool e tabaco, por exemplo). “O arbitrário aparente, que separa a droga do medicamento, parece muitas vezes, corresponder, de certa forma, à ideologia em curso”³⁷.

O processo de criminalização dos usuários de *drogas* evidencia uma sociedade contraditória, punitiva e “moralista”, na medida em que penaliza os indivíduos por utilizarem substâncias que, como vimos, “amenizam a dor” sentida pela exclusão social, desemprego, incompreensão familiar, entre outros problemas. Estas punições são feitas, primeiramente, dentro da própria família, e constantemente os usuários são taxados de “marginais” e “vagabundos”, como podemos ver na narrativa deste jovem entrevistado:

O trabalho mais que eu procurei foi pela dificuldade em casa mesmo, sacô?! Aquela coisa de seu pai e sua mãe te pressionando. “Tá usando maconha e não tá fazendo nada, jogando nosso dinheiro no lixo”. É por isso que eu procurei este trabalho. Pra vê se eu ganhava uma confiança e uma liberdade a mais (...). Minha busca por serviço foi mais por isso, pra ganhar confiança em casa. Eu quero ter aquela confiança que eu tinha antes. (*N.* jovem de classe-média, estudante)

Além da pressão exercida sobre o *jovem*, o que costuma acontecer nestes casos, principalmente quando a família é de classe média, é um corte financeiro,

ou seja, como “punição” os pais não mais destinam parte do rendimento familiar ao *jovem* e, ainda, o culpam reduzindo todos os problemas juvenis, as preocupações e os objetivos deste *jovem* usuário a um único elemento: o consumo de maconha. O *jovem*, contraditoriamente, passa a ser incriminado por uma situação em que faz o papel de vítima. Desta forma, passa a ser culpado por ter transgredido “a moral e os bons costumes”, sendo obrigado a abandonar seus projetos de vida e a disputar precocemente uma vaga nos competitivos mundos do trabalho para recuperar “a honra violada da família”:

Fico muito mal, sacô?! Porque tipo eu não vejo um caminho. Eu quero ganhar minha independência, eu quero ter minhas coisas tal, mas eu quero fazer por partes, sacô?! Eu quero estudar primeiro pra depois correr atrás disso. E o que me força às vezes a largar isso, parar de pensar no estudo e correr atrás de um serviço, (...) é mais essa coisa de dentro de casa né?, dos pais falando e tal, da cobrança. É simplesmente isso, porque pra mim ia ser uma coisa mais natural, sacô?! Ia vim gradativamente. (*Ibidem*).

Os pais e os filhos, na maioria das vezes, não discutem abertamente estas questões complicadas, pois, como mostramos, os processos de troca de experiência, praticamente, não existem entre as duas partes. Assim, a família não interage para a solução do possível “problema”; ao contrário, acentua as incertezas, cria problematizações não previstas pelo *jovem* e, finalmente, provoca deslocamentos de significados na formação do *jovem* e de seus territórios de interação social.

Uma das conseqüências deste processo de incriminação é o “envelhecimento precoce” sofrido pelo *jovem*. Este tem que abandonar seus planos e sua formação, ou seja, sua “condição juvenil” e tentar penetrar nas malhas dos mundos do trabalho. Sendo de classe média teria condição de ter uma formação educacional contínua, contudo, esta possibilidade é, em muitos casos, anulada.

Por fim, como no texto literário de Patrícia Melo, o *jovem* se vê impossibilitado em vários territórios de seu desenvolvimento, não tendo direito à palavra porque “cometeu um crime”. Foi “julgado”, sumariamente, e a “pena” é providenciar um trabalho para resgatar a confiança perdida e seu lugar de inserção social no interior da estrutura familiar.

Notas

1 Cf. MELO, Patrícia. *Inferno*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2000, p. 86.

2 Cf. SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

- 3 Cf. MELO, Patrícia. Op. cit. p. 87.
- 4 Cf. BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998, p. 53.
- 5 Exemplo disto foi a Lei de flexibilização da CLT (Consolidação das leis de trabalho) aprovada no congresso e sancionada pelo presidente este ano. Com a aprovação desta lei o estado não mais se responsabiliza pelos contratos entre trabalhador e empresa, deixando os benefícios, salários e demais acordos a cargo das duas categorias.
- 6 Cf. BAUMAN, Zygmunt. op. cit., p. 13
- 7 Cf. BAUMAN, Zygmunt. op. cit., p. 48.
- 8 Cf. FREUD, Sigmund. *O Mal estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- 9 Cf. BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da Política*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 10.
- 10 Cf. SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Trad. Sergio Alcide. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 26.
- 11 Cf. SARLO, Beatriz. Op. cit., p. 28.
- 12 Cf. CROCHIK, José L. *O ajustamento do pensamento em uma sociedade de alto desenvolvimento tecnológico: O computador no ensino*. São Paulo, 1990, Tese (doutorado) - Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo. p. 118.
- 13 Cf. ZAJDSNAJDER, Luciano. *Travessia do pós-moderno no tempo do vale tudo*. Rio de Janeiro: Grhyphus, 1996. p. 103
- 14 Cf. BALANDIER, Georges. Op. cit., p. 68.
- 15 Cf. ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Ligia A. Watanabe. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- 16 Cf. BALANDIER, Georges. Op. cit., p.68.
- 17 Cf. SARLO, Beatriz. Op. cit. p. 39.
- 18 É importante frisar, que o sistema educacional público brasileiro passa, atualmente, por um processo de sucateamento, devido à diminuição das verbas destinadas à educação.
- 19 Cf. ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Página Aberta, 1994, p. 6
- 20 Cf. SOUZA, Janice T. P. *A reinvenção da utopia: A militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hackers Editores, 1999. P. 25.
- 21 Cf. BALANDIER, Georges. Op. cit. p. 68.
- 22 Cf. SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.
- 23 Cf. BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. p. 114.
- 24 Cf. ESMANHHOTTO, Simone. Tudo ao mesmo tempo. In: *Revista Veja. Edição Especial – Jovens*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, ano 34, n. 38, 2001, p. 53.
- 25 Cf. SOUZA, Janice T. P. Op. cit. p. 21.
- 26 Cf. SOUZA, Janice T. P. Op. cit. p. 24.
- 27 HENMAN, Anthony. A guerra contra as drogas é uma guerra etnocida. In: ZALUAR, Alba (org.). *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- 28 Cf. VELHO, Gilberto. O Consumo da Cannabis e suas representações culturais. In: SABINA, Maria (org.). *Maconha em debate*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.42 e 43.

- 29 Evidentemente não abordaremos aqui a história do uso da *maconha* no Brasil. Faremos um recorte histórico a partir da época em que os grupos juvenis de classe média passaram a consumi-la. Para uma abordagem história do uso de maconha no Brasil e no mundo, Cf. ROBINSON, Rowan. *O grande livro da cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1999.
- 30 Não devemos esquecer o caráter ilegal da *maconha*. Este “adjetivo” a faz uma mercadoria “especial”, assim como todas as outras *drogas ilícitas*.
- 31 Legião Urbana, *Música para acampamento*. Rio de Janeiro: Phonogram, 1992, encarte. Utilizamos esta publicação, contudo o texto data de 1984.
- 32 Cf. BAUMAM, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- 33 Cf. MELO, Patrícia. Op. cit. p. 55.
- 34 Cf. FREUD, Sigmund. *O Mal estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 97.
- 35 Cf. FREUD, Sigmund. Op. cit. p. 97.
- 36 Cf. BERGERET, J. e LEBLANC, J. *Toxicomanias, uma visão multidisciplinar*. Trad. Maria Teresa Baptista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 232.
- 37 Cf. BERGERET, J. e LEBLANC, J. Op. cit. p. 233.